



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Arthur José Gil Dejean

**Getúlio Vargas em Contexto: Industrialização Tardia e Subdesenvolvimento no
Brasil (1930 1945)**

Florianópolis

2024

Arthur José Gil Dejean

**Getúlio Vargas em Contexto: Industrialização Tardia e Subdesenvolvimento no
Brasil (1930 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Marcos Alves Valente, Dr.

Florianópolis

2024

Dejean, Arthur José Gil

Getúlio Vargas em Contexto: Industrialização Tardia e Subdesenvolvimento no Brasil (1930 1945) / Arthur José Gil Dejean ; orientador, Marcos Alves Valente, 2024.

45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. História Econômica. 3.
Trabalhismo. 4. Celso Furtado. 5. Industrialização. I.
Valente, Marcos Alves. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Arthur José Gil Dejean

**Getúlio Vargas em Contexto: Industrialização Tardia e Subdesenvolvimento no
Brasil (1930 1945)**

Florianópolis, 09 de dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Instituição UFSC

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.
Instituição UFSC

Prof. Daniel Ricardo Castelan, Dr.
Instituição UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso
que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim
e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Marcos Alves Valente, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

“A responsabilidade da ciência social, em um país como o Brasil é explicar o porquê do nosso atraso” – Darcy Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, pela educação e todo esforço coletivo que tiveram para me formar como ser humano e possibilitar o privilégio de estudar em uma universidade renomada. Obrigado José Ferreiro, meu pai, Silvete Ferreira (in memoriam), minha mãe, e ao meu irmão Marcus Dejean.

Agradeço aos meus amigos de coração, verdadeiros anjos da guarda que me apoiam de maneira imensurável: Felipe Nunes, Lucas Henrique, Victoria Votto, Tainara Zanatta e Mateus Branco.

Aos que jamais esquecerei o carinho e todo apoio que me deram durante essa fase: Jean Machado, Barbara Pujol, Vitória Bueno, Laura Hermando, Iara Cargnin, Daniel Graebin, Tamara Pinheiro, Larissa Pinho, Barbara Philippi.

Aos irmãos de causa: Allan Schroeder, Luana Victorero, Gabriel Reis e Luís Feltrin.

Aos companheiros do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE): Adriana Abila, Thiago Tauyl, Filipe Zanolla, Kris Mackleiny, Cinthia de Souza, Marina Medeiros, Gabriel Melo, Priscila Alves, Renan Oliveira, Andrey Dal Sent, Amadeu Schoenau, Isadora Leyes, Geanny Thiesen e tantos outros.

Os colegas do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT): Vicente Heinen e Mateus Fronza.

Ao meu orientador Marcos Alves Valente, que acreditou no meu potencial como estudante e engrandeceu minha vida nos estudos, na ciência política e na música.

E por último, e definitivamente não menos importante, os amigos do Vale de Lágrimas. Lucas Henrique, Lucas Pottmaier, Karina Costa, Thiago Ribeiro, Matheus Rosa e Felipe Martínez, o meu muito obrigado por todas as discussões acaloradas e companheirismo nessa trajetória.

Vocês todos fazem a vida valer a pena e eu sou eternamente grato por isso.

RESUMO

Este trabalho discute se houve intencionalidade por parte do governo no processo de industrialização brasileira durante a Era Vargas (1930-1945). Inicialmente se apresenta os antecedentes econômicos e políticos na Revolução de 1930. Em seguida o debate sobre a existência de uma intencionalidade no processo de industrialização é debatido, a partir das interpretações de Celso Furtado e Pedro Fonseca. Getúlio Vargas é identificado como ideologicamente coerente com o trabalhismo brasileiro.

Palavras-chave: industrialização; economia brasileira; Getúlio Vargas; Celso Furtado; Pedro Fonseca.

ABSTRACT

This work discusses whether there was intentionality on the part of the government in the Brazilian industrialization process during the Vargas Era (1930-1945). Initially, the economic and political background of the 1930 Revolution is presented. Then the debate on the existence of intentionality in the industrialization process is discussed, based on the interpretations of Celso Furtado and Pedro Fonseca. Getúlio Vargas is identified as ideologically consistent with Brazilian laborism.

Keywords: industrialization; brazilian economy; Getúlio Vargas; Celso Furtado; Pedro Fonseca.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	OBJETIVOS	17
1.2.1	Objetivo geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	18
2	OS ANTECEDENTES ECONÔMICO-POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO DE	
1930	19	
3	A INTENCIONALIDADE DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA	
	VARGAS (1930-1945)	31
4	O TRABALHISMO BRASILEIRO: VARGAS SOB UMA COERÊNCIA	
	IDEOLÓGICA	41
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo da história econômica se faz essencial para a compreensão da realidade socioeconômica de uma nação, como mostrou Celso Furtado (1959) na sua consagrada obra “Formação Econômica do Brasil”. Não é possível compreender como a estrutura econômica de nossa sociedade se consolidou sem uma análise histórica do processo de desenvolvimento, em especial do processo de desenvolvimento capitalista.

O período conhecido como a Era Vargas, iniciado com a Revolução de 1930 e encerrado com a renúncia de Getúlio Vargas em 1945, já foi ricamente debatido, dada sua importância histórica para a mudança do paradigma econômico agrário-exportador ao padrão de acumulação industrial. No entanto, existem distintas interpretações acerca da maneira em que ocorreu esse processo de transição.

A maneira como ocorreu esta transição é ainda permeada de polemicas. Neste trabalho estamos interessados no debate sobre a existência de uma intencionalidade do governo, durante a Era Vargas, na promoção do crescimento industrial, conforme defende Pedro Fonseca (2003), ou se este processo foi fruto inconsciente da política de defesa do setor agrário somado com a conjuntura de crise de 1929, como defende Celso Furtado (1989).

Dado a análise de Furtado conjuntamente com o período altamente controverso e de difícil categorização que foi a política independente Varguista, se desencadeou um forte debate entre os que concordam com a análise espontaneísta furtadiana e os que defendem uma virada na condução da política econômica desde o início do governo Vargas, representado principalmente pelo Professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, mas também por outros autores e especialistas sobre o período.

Este momento histórico só ocorre por conta da posição brasileira como um país subdesenvolvido e de industrialização tardia, causado pela reprodução das estruturas tradicionais de dominação (FURTADO 1994), o que explica a necessidade de revisarmos a estrutura social e econômica antes de 1930.

Para Celso Furtado a superação do subdesenvolvimento primeiramente se perpassa na esfera social, modificando as estruturas sociais do país de um modo que possibilite uma melhor distribuição de renda, racionalização do excedente e

homogeneização social, portanto, é também primeiramente um problema político (FURTADO 1994), criando a necessidade de compreender se o período varguista para além de uma intencionalidade da industrialização almejava mudança nas estruturas sociais apontando a superação do subdesenvolvimento ou se a industrialização brasileira ocorreu meramente como uma difusão da técnica dos países do centro.

Portanto, esta pesquisa se propõe a estruturar os argumentos de ambos os lados do debate da intencionalidade da industrialização e verificar qual era a visão política de Getúlio Vargas para o Brasil, tentando concluir se há apontamentos históricos suficientes para alcançar uma conclusão. Como afirma Celso Furtado, é necessário interrogar a história como um economista.

“A necessidade de pensar em termos de História levou-me a colocar uma questão metodológica: que contribuição podem dar as Ciências Sociais, em particular a Economia, ao estudo da História?” (FURTADO, 1989)

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em Geral e Específicos.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão bibliográfica acerca do debate sobre a intencionalidade da industrialização a partir de 1930, trazendo novas contribuições às divergências entre Celso Furtado e Pedro Fonseca.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Contextualizar o período histórico brasileiro e global, que levaria à revolução de 1930 e o nascimento da indústria brasileira;
- b) Realizar uma revisão bibliográfica das obras de Celso Furtado e Pedro Cezar Dutra Fonseca que tratam sobre o período trabalhado;

- c) Identificar o governo Vargas dentro de uma linha ideologicamente coerente, à luz do Trabalhismo brasileiro;
- d) Identificar e apontar mitos difundidos sobre a figura do presidente Vargas, assim como a sua intenção na superação do capitalismo dependente.

1.3 JUSTIFICATIVA

Getúlio Vargas é provavelmente o presidente mais controverso da história brasileira, assim como seu governo, em especial o período que ficou conhecido como Era Vargas. Fruto de infindáveis debates, o debate historiográfico que ronda o período Varguista ainda é um livro aberto e constantemente reescrito. O trabalho se propõe a elucidar uma das pequenas peças desse grandioso debate, que não se resumirá apenas a uma análise puramente econômica, como muitas vezes realizada anteriormente, de tentar encaixar as políticas governamentais dentro de uma determinada escola econômica, mas sim justificar as escolhas do período dentro da luz da teoria política, justificando o governo Vargas dentro do escopo teórico do chamado Trabalhismo brasileiro, que não se resume a um debate entre heterodoxia e ortodoxia.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é organizado em cinco capítulos, incluídos os capítulos referentes a introdução e a conclusão. No segundo capítulo se discute os antecedentes econômicos e políticos da Revolução de 1930. No terceiro capítulo se apresenta o debate em torno da existência de uma intencionalidade no processo de industrialização da economia brasileira durante a década de 1930. No quarto capítulo a figura de Getúlio Vargas e a sua relação com o trabalhismo brasileiro é analisada.

2 OS ANTECEDENTES ECONÔMICO-POLÍTICOS DA REVOLUÇÃO DE 1930

O Brasil adentra o século XIX em uma encruzilhada, não dominando nenhuma técnica produtiva avançada e sem capacidade interna de geração de capitais que pudessem ser utilizados para novas atividades econômicas. A única opção que restava era a continuidade da economia agrário-exportadora, em dependência ao mercado externo. (FURTADO, 1989). Os produtos tradicionais brasileiros, que protagonizaram os conhecidos ciclos econômicos do Brasil Colônia e Imperial, apresentaram uma tendência de preços declinantes, em razão do aumento da oferta e dos ganhos de escala provenientes da vantagem geográfica dos novos locais de produção concorrentes.

O açúcar de beterraba, cuja produção se desenvolvera no continente europeu na etapa das guerras napoleônicas, enraizara-se em interesses criados dentro de tradicionais mercados importadores. O mercado inglês continuava a ser abastecido pelas colônias antilhanas. Nos EÜA, que constituíam o mercado importador em mais rápida expansão, se desenvolvia amplamente a produção da Louisiana, comprada dos franceses em 1803. Por último cabe referir que surgira no mercado do açúcar um novo supridor cujas possibilidades se definiam dia a dia como mais extraordinárias. Desfrutando de fretes extremamente baixos para os EUA, Cuba, que havia aberto os seus portos a "todas as nações amigas" ainda como colônia espanhola, constituíra-se em principal supridor do mercado norte-americano (FURTADO, 1989, p. 114).

O açúcar, que protagonizara um dos grandes ciclos econômicos do Brasil Colônia, já não se colocava como um produto capaz de conceder dinamismo à economia. O algodão, produto que vinha em seguida do açúcar em grau de importância nas exportações brasileiras, sofria com a concorrência americana, que no sul dos EUA formara um grande *cluster* de produção altamente racionalizado e de larga escala, com conexão direta ao grande mercado têxtil inglês. Assim, o algodão brasileiro, que era produzido em menor escala, com menor quantidade de terras férteis e com maior dificuldade de obtenção de força de trabalho, apenas se apresentava como um produto rentável quando as flutuações dos preços internacionais se colocavam o preço em um patamar alto, normalmente fruto de conjunturas favoráveis, como a Guerra de Secessão americana na segunda metade do séc. XIX, que atuou de maneira disruptiva contra o maior produtor global de algodão, os EUA (FURTADO, 1989).

Os demais produtos produzidos nos países tampouco possuíam capacidade de gerar dinamismo para a economia. O fumo perdeu a importância com as barreiras que eram levantadas visando combater o tráfico de escravos, visto que o produto era peça fundamental na aquisição de novos escravos em território africano (FURTADO, 1989). Da mesma forma, o comércio de couro perdia espaço para os itens produzidos no Rio da Prata, o arroz para a produção norte-americana e o cacau não possuía um mercado consumidor bem constituído.

O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão-de-obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos (FURTADO, 1989, p. 115).

É neste cenário que na metade do século XIX o café aparece como um novo produto rentável. Adequado para o plantio em solo brasileiro, o fruto, que inicialmente era plantado em pequena escala e para consumo próprio, se tornou um item fundamental na cesta de exportações brasileiras durante os primeiros decênios do século XX, representando mais de 40% do valor das exportações brasileiras (FURTADO, 1989).

[...] Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão de obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras." [...] inicialmente o café se utilizaria de mão de obra subutilizada, proveniente da antiga mineração, e com a gradual abolição da escravidão o problema seria sanado com a vinda da mão de obra europeia "Mas o fator decisivo que permitiu o enorme surto da lavoura cafeeira do Brasil neste último meio século, foi sem dúvida a imigração europeia que forneceu os braços e o trabalho necessário (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 169).

Caio Prado Jr (2008) denomina o período compreendido entre 1889-1930 no Brasil como "a república burguesa", momento histórico que criaria uma capacidade de desenvolvimento e criação de riqueza ímpar até então.

Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior. Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, neste sentido, perspectivas mais amplas. Para isto concorrem ao mesmo tempo, estimulando-se reciprocamente, fatores externos e internos. Entre aqueles encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável

desenvolvimento da população européia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização, e finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material — os sistemas de transporte — como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e equitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 154).

Da mesma forma Celso Furtado descreve o movimento transformador que ocorre no decorrer do séc. XIX, afirmando que “Difícilmente um observador que estudasse a economia brasileira pela metade do século XIX chegaria a perceber a amplitude das transformações que nela se operariam no correr do meio século que se iniciava.” (FURTADO, 1989, p. 112). A conjuntura interna seria favorável, principalmente pelo fim do trabalho escravo, permitindo a transição para o trabalho livre; além do grande fluxo migratório europeu que iria fornecer o contingente necessário para o crescimento econômico da nação (PRADO JÚNIOR, 2008).

A introdução do trabalho livre, considerada por Furtado como a maior mudança institucional do século XIX, seria a pedra fundamental para a adequação do Brasil ao desenvolvimento capitalista global. O trabalho livre seria o que concederia a resposta da pergunta fundamental de Formação Econômica do Brasil, “Quando ocorre o deslocamento do centro dinâmico brasileiro?”, isto é, quando a dinâmica da economia se move do exterior, de uma mera dependência do consumo externo, para uma dinâmica movida por um mercado interno (FURTADO, 1989).

Com a consolidação do café como principal produto brasileiro e as diversas políticas de proteção do café, como as do Convênio de Taubaté em 190, o produto que já possuía demanda inelástica em relação ao seu preço, ainda contava com garantia de compra pelo governo brasileiro. Isto fazia com que o setor crescesse de maneira descontrolada, com grande aumento da mão de obra assalariada no país.

A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. Quando convergem certos fatores a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última (FURTADO, 1989 p. 153).

De acordo com Sergio Silva (1985), em razão do baixo nível de desenvolvimento brasileiro, o capital cafeeiro apresenta diversos aspectos, juntando

características agrárias, industriais, bancárias e comerciais, características essas que em economias capitalistas desenvolvidas se apresentam substancialmente de forma separadas e autônomas. Para o autor, existia no Brasil uma dominação das funções comerciais desse capital, sendo, portanto, o grande capital cafeeiro um capital predominantemente comercial. Isso torna o grande capital cafeeiro, uma “burguesia superior” que teria capacidade de ditar o dinamismo a frente do médio capital que mais se aproximava a uma simples classe de proprietários de terra. “No Brasil, o capital comercial não se apresenta de uma maneira autônoma, enquanto capital comercial puro; ele domina diretamente a produção e submete às suas exigências” (SILVA, 1985, p. 61)

Essa seria a razão do desenvolvimento lento das forças produtivas, pois o comando do capital comercial é o que submete a posição brasileira na divisão internacional do trabalho como um mero exportador de matérias primas, completamente dependente do mercado mundial. (SILVA, 1985) Após a consolidação da burguesia cafeeira como força política dominante no Estado brasileiro, logo o financiamento de bancos estrangeiros se torna algo comum na realidade brasileira e conjuntamente também se consolidam os bancos e casas de exportação advindos do grande capital cafeeiro.

Sergio Silva (1985) aponta que na “marcha para o oeste”, a expansão desenfreada das terras cultivadas com café, os cafeeiros demonstravam aptidões para a diversificação de seus investimentos, investindo em estradas de ferro, casas de exportação, instituições financeiras e adentrando na administração pública. O primeiro surto industrial viria a ocorrer na década de 1880 a 1890.

[...] em 1885, registra-se em São Paulo o funcionamento de 13 fábricas têxteis com 1670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários. No mesmo ano e no mesmo Estado sabemos ainda da existência de 7 empresas metalúrgicas que reúnem cerca de 500 operários. Em 1889, conta-se no Brasil 636 empresas industriais onde trabalhavam 54 mil operários. Em 1901, entre as 91 mais importantes empresas industriais paulistas, 33 empregam de 10 a 49 operários, 33 de 50 a 199, 22 de 200 a 499, duas outras ocupam 600 operários cada e uma empresa possui cerca de 800 operários (SILVA, 1985, p. 77)

O surgimento da indústria seria geograficamente desigual, se concentrando justamente nas regiões próximas a da cultura do café. De acordo com Sérgio Silva (1985), São Paulo e antigo Distrito Federal juntas somavam em 1907 42% e em 1920 52% da produção industrial brasileira, um fato que aponta para a seguinte afirmação:

“o conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. E a análise dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil;” (SILVA, 1985, p. 81)

A origem dessa indústria infante estaria primeiramente na imigração europeia, mas ao contrário do que a maioria dos autores como Caio Prado Jr, que afirmava que “se formou assim por pequenos e sucessivos concursos de economias duramente reunidas”, a origem estaria no grande comércio, visto que figuras como Matarazzo, Diederichsen e Roberto Simonsen, estavam todos ligados ao setor de importação (SILVA, 1985).

Os burgueses imigrantes enriquecidos no comércio constituem então o núcleo da burguesia industrial nascente. Elementos de outras origens também ajudam a constituir a burguesia industrial nascente no Brasil. Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se desde essa época pela indústria. A. Prado, um dos pioneiros da expansão do café em São Paulo, é também um dos pioneiros da indústria brasileira. Por outro lado, o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais (SILVA, 1985, p. 97).

Deste modo, já existia o embrião do que se constituiria como a indústria brasileira. No entanto, ainda havia diversas barreiras a serem superadas. Em 1920 mais de 85% do valor da produção industrial se concentrava em bens de consumo, pois não havia ainda domínio da técnica. Além disso, com o aumento da importação de bens de produção, algumas das poucas empresas nacionais de bens de capital sofreram com fechamentos de seus altos fornos e fracassaram em se modernizar, reafirmando o Brasil na sua posição dentro da divisão internacional de trabalho (SILVA, 1985).

O gargalo energético também era um empecilho para a industrialização, na medida em que o fornecimento de energia era insuficiente diante do crescimento da urbanização. Além disto, havia uma incapacidade de domínio da siderurgia (PRADO JÚNIOR, 2008). Apesar dos entraves, o Brasil já avançava em direção a uma mudança de seu padrão de acumulação de capital. A conjuntura internacional se constituiria como um fator decisivo neste processo.

Na historiografia econômica é comum identificar o crescimento industrial pré-29 apenas como “surto” esporádicos, desconsiderando acontecimento como a Primeira Guerra Mundial, cujo desmantelamento dos mercados europeus forçou um processo de substituição de importações. Versiani e Versiani (1977) argumentam que a Primeira Guerra foi um fato positivo para a indústria têxtil local, mas que não se podia ignorar que as flutuações da instalação de capacidade produtiva e de produção devem ser correlacionadas às flutuações cambiais e tarifas alfandegárias, que ao flutuar durante o período atuaram como medidas protecionistas.

Levando em consideração não apenas a indústria têxtil, mas a indústria como um todo, Marinho e Bacellar (2020) concluem que a indústria cresceu no país em um ritmo mais acelerado em anos anteriores a Primeira Guerra, que pode ter na verdade retardado seu desenvolvimento, visto a dependência de insumos e maquinários do exterior. Deste modo, portanto os únicos setores que se aproveitaram da conjuntura foram os que se utilizavam de insumos produzidos nacionalmente. Colaborando com a tese de Silva (1985), os autores apontam a interligação entre o setor exportador e a indústria nacional, sugerindo que o crescimento mais lento do período ocorreria justamente pela perda de capacidade de investimento dos exportadores, ou seja, o setor cafeeiro.

O próximo grande fato histórico que impactaria a economia e a política nacional seria a Crise de 1929, que trouxe uma grande crise para o setor cafeeiro. Antes mesmo do crash da Bolsa de Nova York, entre 1927 e 1929 o mercado externo só havia absorvido 2/3 da produção total do café e seu preço sofria quedas vertiginosas (FURTADO, 1989). O crash da Bolsa de Nova York e seus desdobramentos são acontecimentos fundamentais para a discussão deste trabalho e serão debatidos no próximo capítulo.

Para a compreensão das condições que levariam a vitória da revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, é necessário compreender o papel que o Estado brasileiro cumpria diante da população e os motivos que isso teria influenciado no fim da primeira república.

Na medida em que o Brasil, enquanto colônia, nasce com aspectos puramente mercantis, não se tem a intenção aqui de construir uma civilização, mas sim de formar uma empresa mercantil que transferisse lucro para sua metrópole na Europa, sendo esse o sentido da colonização dos trópicos (PRADO JUNIOR, 2008).

[...] veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO JUNIOR, 2008, pg. 14).

Portanto, sua estrutura social também seria equivalente à de uma empresa, com o branco europeu como um empresário que investe na mão de obra indígena local ou na africana importada, tratando os em uma lógica fabril: o investimento no escravo seria seu capital fixo, e uma hora de trabalho perdida não seria recuperável, portanto, deveria ser utilizada até a total exaustão (FURTADO, 1989). Esses acontecimentos históricos, especialmente a escravidão, tem reflexos na estrutura social até os dias de hoje (PRADO JUNIOR, 2008).

Com a independência do Brasil e a formação do Império em 1822, a estrutura social pouco mudaria, na verdade, a classe escravagista aumentaria sua influência dentro da estrutura política do estado, se tornando a força política e social dominante (PRADO JUNIOR, 2008).

A Proclamação da República em 1889 viria para romper com a ordem ideológica conservadora brasileira sustentada pelo Império, abrindo portas para novos ares, que estimulariam a discussão de novos rumos para o Brasil. No entanto, isto não significava mudanças amplas ou participação do campo social:

Não que esta tivesse profundezas políticas ou sociais; a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira "bestializado" ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava (PRADO, 2008, pg. 155).

Era precária a situação dos trabalhadores brasileiros, uma vez que o contingente de escravos recém libertos não se assalariou, recorrendo ao trabalho informal; e aqueles que possuíam trabalho formal enfrentavam jornadas de trabalho de até 17 horas ininterruptas, com inexistência de férias, salários baixos para os adultos e ainda menores para as mulheres e crianças (BARISON, 2013).

Assim, os trabalhadores permaneciam em moradias coletivas (cortiços, estalagem, casas de cômodo, zungus) em função da proximidade do trabalho. A carestia do aluguel (em função da escassez de opção), a insalubridade e precariedade eram vividas pelos trabalhadores e se

constituíam como mais uma das faces da exploração a que eram submetidos, reconhecidas por eles como injustiças (Barison, 2013, p. 47).

A relação da classe trabalhadora com o governo republicano pode ser sintetizada na famosa frase do presidente Washington Luiz, que governou o Brasil entre 1926 e 1930: “a questão social é um caso de polícia”. Toda reivindicação e rebeldia operária era categorizada puramente como crime e fortemente repreendida. Barison (2013) destaca os termos utilizados nos relatórios policiais para classificar os desempregados e subempregados: “vadios”, “incansáveis”, “parasitas”, “sanguessugas”, “desordeiros”. (BARISON, 2013, p. 49).

Aliado a isto também ocorreram diversos casos de revoltas internas, que abalaram a república e marcaram a história brasileira. Em 1893 acontece a revolução federalista, guerra civil gaúcha entre o Partido Republicano Riograndense (PRR) e o Partido Federalista, que resultou em milhares de mortos. O partido federalista buscava uma nova constituição estadual, com menor concentração de poderes do executivo. O conflito duraria dois anos e meio e se encerrou com mediação do presidente Prudente de Moraes, que apoiara o PRR (FAUSTO, 1994).

Em 1893 também se iniciou o povoamento da região conhecida como Arraial de Canudos, onde sob a liderança de Antônio Conselheiro se deu início ao que é conhecido como a Guerra dos Canudos. Canudos havia atingido entre 20 a 30 mil habitantes, e um pequeno conflito em torno do corte de madeira na região levaria a uma das maiores manchas da história da primeira república. O governador da Bahia, onde se localizava Canudos, enviou tropas para dar uma “lição” no povoado, mas foi derrotado. Pediu então ajuda as tropas do governo federal, que teve duas expedições também derrotadas, mesmo municiadas de canhões e metralhadoras (FAUSTO, 1994).

O fato de Antônio Conselheiro pregar a volta da monarquia levou a uma onda de protestos, violência e conspirações na então capital brasileira, Rio de Janeiro, com acusações de que Canudos seria uma obra dos monarquistas. Em 1897, com 8 mil homens e equipamento moderno de guerra, o governo federal derrotou Canudos, matando os habitantes em combate e degolando os prisioneiros (FAUSTO, 1994).

Em 1911, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, ocorreu o movimento conhecido como o Contestado. Pessoas pobres, trabalhadores desempregados e trabalhadores rurais atingidos pela construção de uma ferrovia se uniram, formando acampamentos organizados na base da igualdade e fraternidade, reivindicando a

posse da terra no local. O Contestado foi exterminado em 1915 em operação conjunta das tropas estaduais e federais (FAUSTO, 1994).

Também podem ser traçadas pontuais greves por melhores condições de trabalho nas fazendas de café em São Paulo, a mais expressiva ocorrendo em 1913, com milhares de participantes. O mesmo pode ser dito dos operários urbanos, que apesar das reivindicações, raramente foram vitoriosos (FAUSTO, 1994).

No Rio de Janeiro o movimento tinha uma pauta mais imediatista, como o aumento salarial, reconhecimento de sindicatos, limitação da jornada de trabalho, etc. O movimento paulista tinha forte influência anarquista e pautava transformações radicais da sociedade, utilizando as pautas imediatistas como instrumento “da grande ação revolucionária” e lutando por uma sociedade organizada por uma federação livre de trabalhadores (FAUSTO, 1994).

Entre 1917 e 1920 diversas grandes greves tomaram o Brasil, sendo três delas greves gerais, a mais importante em 1917, uma greve de 50 mil pessoas que necessitou até mesmo a mobilização de tropas federais, mas que, no entanto, não trouxe nenhuma vitória substancial para a categoria. Por outro lado, o conjunto das greves trouxe preocupação ao governo, que em 1925 ensaiou aprovar leis trabalhistas que garantia 15 dias de férias anuais e que limitava o trabalho de menores. A lei dependia de regulamentação e só foi aplicada na indústria a partir de 1930 (FAUSTO, 1994).

A partir de 1920 começam a ocorrer mudanças no cenário político do país, fruto das mudanças demográficas e econômicas que estavam se realizando e das movimentações das classes sociais em torno de maior poder de participação do Estado. O crescimento da classe média urbana fez crescer a defesa pela implementação do liberalismo clássico no país, ou seja, o progresso com finalidade de remover as carcaças do passado colonial e oligárquico brasileiro (FAUSTO, 1994).

Isso implicará em uma maior participação política da população urbana, como no caso da candidatura de protesto de Rui Barbosa em 1919, que obteve 1/3 dos votos e venceu no Distrito Federal. Em 1921, Borges de Medeiros, que governava o Rio Grande do Sul, faz uma denúncia da política do café com leite, expondo o acordo realizado no eixo São Paulo-Minas, que faziam entre si um rodízio de poder afim de manter os esforços do estado brasileiro em torno do café, o mantendo como principal produto que deveria ser protegido (FAUSTO, 1994).

A insatisfação com o eixo São Paulo-Minas levou a candidatura de Nilo Peçanha, apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Estado do Rio. Peçanha fez uma campanha buscando os votos urbanos, com inspiração na política americana, percorrendo o país defendendo a valorização de todos os produtos de exportação, não apenas o privilégio para o café e o tratamento desigual que os grandes estados possuíam diante dos menores (FAUSTO, 1994).

A eleição se tornou acalorada quando cartas plantadas na mídia colocaram o então candidato Artur Bernardes, da situação, como um crítico do Clube Militar, afetando drasticamente a relação que o candidato possuía com o exército brasileiro. Essa rusga chegaria ao seu máximo em 1922 quando, após uma crítica pública do Clube Militar ao governo federal, o Clube foi fechado, acusado de ser uma associação nociva a sociedade, com seu então presidente, o ex-presidente da república Hermes da Fonseca, levado a prisão (FAUSTO, 1994).

O conjunto desses fatores levaram ao nascimento do movimento tenentista, que seria a semente para o fim da primeira república. O tenentismo era composto por oficiais de nível intermediário do exército brasileiro, como tenentes e capitães, com o alto escalão do exército não se envolvendo nas ações do movimento, e foi responsável por diversas revoltas entre 1922 e 1927 (FAUSTO, 1994).

Em 1922 acontece o primeiro ato, a revolta do Forte de Copacabana. Com o objetivo de “salvar a honra do exército” contra o fim do Clube Militar e outras injúrias, diversos tenentes se rebelaram, lançando tiros de canhão e recebendo bombardeios. Centenas se renderam, mas alguns se recusaram a se render e morreram em confronto contra o governo federal (FAUSTO, 1994).

Em 1924 na cidade de São Paulo, ocorreu o movimento chamado como “Revolução de 1924”, melhor planejado que o anterior e com o objetivo de derrubar o governo de Artur Bernardes. Iniciou-se com a tomada de quartéis e logo evoluiu para uma batalha pela tomada da cidade de São Paulo. O governo utilizou artilharia de maneira a atingir tanto militares quanto civis, causando a retirada do movimento para o interior do estado, onde outras revoltas inspiradas no movimento da capital facilitaram sua fuga até o estado do Paraná, onde lá se juntaram a outro movimento tenentista gaúcho liderado por Luís Carlos Prestes (FAUSTO, 1994).

A junção dos dois movimentos formou a intitulada Coluna Prestes, que marchou que marchou 24 mil quilômetros até 1927, onde puseram fim ao movimento, com seus membros se exilando na Bolívia e no Paraguai. Apesar de não ter tido êxito, a Coluna

Prestes auxiliou na construção do imaginário da população que buscava mudanças e enxergava na Coluna um feito heroico (FAUSTO, 1994). O movimento foi exclusivamente da Arma do exército brasileiro, tendo a única revolta registrada na Marinha a Revolta da Chibata de 1924, onde marinheiros, em quase totalidade negros e mulatos, reivindicavam o fim de maus tratos e violência dos castigos físicos na marinha brasileira (FAUSTO, 1994).

A junção desses fatores foi o que permitiu o que ficou conhecido como Revolução de 1930. Uma cisão no rodízio Minas-São Paulo rachou as oligarquias que dividiam a presidência da república, abrindo um novo campo de oposição, que seria representado por Getúlio Vargas como candidato a presidente na coligação que seria nomeada Aliança Liberal (FAUSTO, 1994).

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil “uma questão de polícia”, a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência “como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos”. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral (FAUSTO, 1994, p. 319-320).

Apesar do fortalecimento da oposição e do descontentamento dos cafeicultores em relação ao péssimo enfrentamento da crise de 29 por parte do governo federal, o candidato da situação Júlio Prestes emergiu vitorioso do pleito. A derrota demonstrou a diferença das concepções dos membros da Aliança Liberal, onde os políticos da “velha guarda” como Borges de Medeiros aceitaram o resultado e os novos políticos, conhecidos como a “geração de 1907”, a exemplo de Getúlio Vargas, se viram aberto ao modelo de luta política tenentista, entrando em acordo com as lideranças do movimento, com exceção de Luis Carlos Prestes (FAUSTO, 1994).

O contexto político em que esse movimento se realizou fora o de uma verdadeira perda de autoridade e de esgotamento de fórmulas de conciliação política. A ameaça de anarquia era profunda, pois a perda de autoridade era

visualizada como uma autêntica perda do próprio curso da evolução normal do país; como uma perda de suas tradições de ordem, irremediavelmente comprometidas pelo divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas. E a ameaça política imediata, que atualizava para o mundo dos conflitos este divórcio crucial, era o descontentamento popular, materializado na chamada “questão social” (GOMES, 1988, p. 193).

Em 27 de julho de 1930, João Pessoa, vice de Getúlio Vargas na coligação da Aliança Liberal, foi assassinado na Paraíba por adversários políticos locais, gerando o fato político necessário para o pontapé da revolução, que iniciaria no dia 3 de outubro de 1930 no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Nestes dois estados houve resistência apenas em Belo Horizonte, com a rendição de um regimento após 5 dias de combate (FAUSTO, 1994). Na madrugada do dia 4 o movimento se iniciou no Nordeste, tendo a Paraíba como centro de operações e Pernambuco contando com ampla participação popular e auxílio de ferroviários grevistas (FAUSTO, 1994).

Os revolucionários se prepararam para invadir São Paulo, um foco de resistência, mas antes do confronto final o presidente foi deposto pelo alto comando do exército, que tentou criar uma junta para se manter no poder, mas que logo recuou diante das manifestações populares e da continuidade do avanço revolucionário sulista (FAUSTO, 1994)

Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro, amarrou seu cavalo no obelisco e tomou posse como presidente da república em 3 de novembro, marcando o fim da primeira república e o início da Era Vargas (FAUSTO, 1994). Se iniciaria então um período de grande importância na história do país, responsável por grandes mudanças econômicas, políticas, sociais e institucionais. No capítulo seguinte discutiremos o processo de industrialização e a polêmica em torno da existência ou não de uma intencionalidade na promoção deste processo.

3A INTENCIONALIDADE DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NA ERA VARGAS (1930-1945)

Neste capítulo discutiremos se houve uma intencionalidade industrializante por parte do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Discutiremos basicamente duas interpretações: a interpretação tradicional de Celso Furtado (1989), que interpretou o processo industrializante apenas como um subproduto da defesa do café, ou seja, que o desenvolvimento industrial do período ocorreu sem a intenção do governo federal; e a interpretação de Pedro Fonseca (2003), que defende que havia uma “consciência industrializante” por parte do governo.

A interpretação de Celso Furtado sobre a crise da economia cafeeira e sobre a industrialização brasileira produziu uma série de debates e divergências. De acordo com Fonseca (2003), o debate sobre a intencionalidade e a consciência na industrialização do país no governo Vargas a partir de 1933 se constitui como um ponto ainda não solucionado pela literatura econômica e é de suma importância para a reconstituição da história econômica do período. Esta divergência, importante destacar, parte do pressuposto de que a tese de Furtado (1989) sobre o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira estava correta, restando o debate sobre se foi ou não uma ação deliberada por parte do governo.

A tese clássica de Furtado sobre o período pós-crise de 1929 defende a importância das políticas de defesa do café e de manutenção da renda para a superação da crise de 1929 no Brasil, que teria sido um dos primeiros países a sair da crise, com impacto positivo no crescimento industrial. No entanto, Furtado não defendeu uma intencionalidade do governo na promoção do crescimento industrial, pelo contrário, argumentou que o crescimento industrial da década de 1930 foi um subproduto da defesa do café, que teria sido implementada pelo governo em razão das necessidades econômicas decorrentes da crise, por razões políticas (pela força política do setor cafeeiro) e por decisão individual dos capitais privados, que diversificaram seus investimentos em período de crise, na medida em que naquele momento a produção para o mercado nacional era mais lucrativa do que aquela para o mercado internacional (FURTADO, 1989; FONSECA, 2003).

Fonseca (2003) reconstrói os argumentos de Celso Furtado sobre o período, trazendo diversas passagens de obras furtadianas. Em *Formação Econômica do*

Brasil, Furtado argumenta que as políticas monetárias, fiscais e cambiais acabaram favorecendo a indústria sem terem esta intenção.

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer [...] É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros (FURTADO, 1989, p. 189-190).

Portanto, estas políticas foram tomadas explicitamente para a proteção do setor cafeeiro, buscando o equilíbrio orçamentário e da balança de pagamentos, mas acabaram resultando em um cenário que favoreceu o crescimento industrial, sem qualquer consciência do governo. Portanto, a transição da economia para o padrão industrial e a recuperação econômica do período foi meramente um reflexo e/ou subproduto dos interesses cafeeiros (FONSECA, 2003).

Assim, tanto a recuperação econômica como a mudança do eixo principal da economia brasileira para a indústria e para o mercado interno não decorreram de intenção ou consciência governamental neste sentido; são antes, em suas palavras, “reflexo imediato” da crise do café e “subproduto” dos interesses deste setor (FONSECA, 2003, p. 143).

Esta interpretação, de acordo com Fonseca (2003), não está presente somente em *Formação Econômica do Brasil*, sendo uma linha de pensamento defendida coerentemente por toda sua obra. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, livro de 1961, ao tratar da crise dos anos 30, Furtado novamente retoma a visão da industrialização como mero subproduto do interesse cafeeiro, afirmando que o setor público teria criado condições para uma ampliação do setor industrial porque a defesa do setor exportador era preocupação constante da classe dirigente (FONSECA, 2003).

A tese da não percepção da envergadura e das conseqüências da política implementada reforça-se ao frisar que “a marcha para a industrialização cumprida nos últimos decênios foi realizada sem que existisse no país uma clara compreensão das modificações que se estavam operando na estrutura econômica”. Só a partir da guerra, na década de 1940, que se começaria a tomar “consciência do caminho percorrido pela industrialização” ([FURTADO, 1961], p.244) (FONSECA, 2003, p. 143).

Na obra *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, Furtado coloca o grupo político da Revolução de 1930 como um movimento que permitiu renovar a classe

dirigente do país, afastando os grupos mais tradicionalmente ligados à exportação, já que provinham de estados como o Rio Grande do Sul, que não possuíam a mesma ligação com o café como os dirigentes da chamada “República do Café com Leite”. Isto levaria a uma condução da política econômica mais próxima de um “realismo político”. No entanto, ele volta a reafirmar o caráter inconsciente da industrialização do período (FONSECA, 2003).

[...] o objetivo desta política “era aliviar a cafeicultura, transferindo para o conjunto da população os prejuízos que de outra forma se concentrariam nesse setor”. Com ela, entretanto, “o país entra numa fase de modificações estruturais irreversíveis, cujo alcance somente mais tarde seria percebido”. A industrialização é novamente entendida como “decorrência da crise”, ou seja, “subproduto do realismo na defesa dos interesses cafeicultores” (FONSECA, 2003, p. 144).

Em *Formação Econômica da América Latina*, obra de 1969, Furtado novamente repete que a industrialização a partir de 1929 seria um refluxo do setor exportador, reafirmando que o governo revolucionário era vinculado com os interesses cafeeiros e a “industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador (Furtado, 1970: p.131) (FONSECA, 2003, p. 6).

Assim, não resta dúvida de que, para Furtado, o crescimento industrial brasileiro na década de 1930 foi subproduto (para usar uma expressão sua) da defesa do setor cafeicultor e, tudo sugere, perseguindo o objetivo maior de evitar o aprofundamento da crise nas finanças governamentais. A tese da não intencionalidade é recorrente em sua obra e, mesmo sem ter uma definição clara e única sobre as relações entre o grupo dirigente e o setor agroexportador, ressaltou mais este vínculo do que com os interesses industriais. Na verdade, quanto a este último não há nenhuma referência direta nos trabalhos analisados (FONSECA, 2003, p. 145).

Fonseca (2003) discorda desta interpretação de Furtado, argumentando que que é possível não apenas encontrar indícios, mas fatos que evidenciam que o governo Vargas desde o seu início buscava conscientemente um projeto industrializante para a economia brasileira. Utilizando o arcabouço teórico institucionalista, o autor levanta as instituições que foram criadas e moldadas durante o período, argumentando que efetivamente algumas foram subprodutos da política de defesa do café, mas outras tiveram uma intencionalidade industrializante. Isto ocorreu não apenas por uma visão unilateral do governo, mas porque houve maior

participação da sociedade civil, isto é, dos industriais, na condução da política do país, através de órgãos associativos e relações com o empresariado (FONSECA, 2003).

Fonseca (2003) utiliza do arcabouço teórico institucionalista para interpretar as políticas econômicas da década de 1930, se filiando a corrente institucionalista de Warren J. Samuels e John Zysman, que traz o caráter da historicidade para a teoria, afirmando que cada nação em sua própria história cria suas instituições para seus diferentes mercados e esses moldam os comportamentos dos agentes econômicos.

Essa relação é de fundamental importância para a confirmação de nossa hipótese básica, segundo a qual a consciência do governo brasileiro na década de 1930, no que tange à opção industrializante, pode ser demonstrada pelas instituições criadas e alteradas no período. Para Zysman, os mercados estão enraizados (embedded) nas instituições políticas e sociais, são criações de governos e de políticos, “não podendo existir ou operar fora das regras e instituições, que estruturam compras, vendas e a própria organização da produção” (Conceição, 2000: p.65-66). Neste sentido, pode-se demonstrar que as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador (FONSECA, 2003, p. 135).

Segundo Fonseca (2003), o diferencial da abordagem institucionalista se daria porque Celso Furtado concentrou sua análise nas políticas instrumentais, como as políticas monetárias, cambiais e fiscais, fazendo com que sua tese sobre a economia brasileira a partir de 29 não enxergasse a intencionalidade da industrialização justamente porque não possuía a visão mais ampla do institucionalismo, que é capaz de enxergar além de apenas políticas instrumentais. Essa tese é controversa, pois o estruturalismo latino-americano, ao qual Furtado se filia, possui muitos pontos em comum com a teoria institucionalista. (FURTADO, 2002).

O estruturalismo latino-americano, que Furtado ajudou a definir nos anos 50, foi uma tentativa de destacar a importância dos parâmetros não-econômicos nos modelos macroeconômicos. Como as variáveis econômicas evoluem no contexto histórico é impossível isolar o estudo da economia do seu quadro histórico. Como se vê, portanto, o institucionalismo tão em voga nos últimos anos tem pouco de novo (FURTADO, 2002, p. 158).

Isso pode ser observado pelas próprias palavras de Celso Furtado, que na obra “O Capitalismo Global” comenta sobre o processo de escrita de Formação Econômica do Brasil, evidenciando a sua conhecida multidisciplinaridade, que vinha dos seus

estudos já concluídos em ciências sociais e conversas com o economista argentino Raúl Prebisch (FURTADO, 1999).

Assim, foi manuseando trabalhos já publicados que percebi que era possível montar um modelo com perspectiva histórica multissecular da economia brasileira. A novidade estava em captar o evoluir histórico no quadro de relações estruturais, a começar pelas internacionais. O importante foi observar o Brasil, desde os seus primórdios, como ator relevante na cena econômica mundial (FURTADO, 1999, p. 16).

Para Fonseca (2003), a tese de Furtado suscitou diversos debates, como a origem da indústria, sobre o tamanho do parque industrial pré-1930 e as discussões em torno da política de defesa do café que, segundo o autor, adotava medidas keynesianas mesmo antes da Teoria Geral de Keynes, porém, a literatura econômica ainda não havia adotado uma discussão em torno do expressivo crescimento industrial de 11,2% entre 1933 e 1939 e se esse seria resultado de uma política econômica coordenada.

Esta questão faz sentido porque Furtado, a despeito de ressaltar os êxitos da política de manutenção de renda na superação da crise e de seu impacto positivo na indústria, interpretou-os como resultado de um salutar intervencionismo antiortodoxo, mas nunca defendeu a intencionalidade no que diz respeito ao crescimento industrial. Ao contrário, demonstra-se que Furtado entendeu o crescimento industrial da década de 1930 como fruto da política de defesa do café, que teria sido implementada pelo governo: (a) seja devido às exigências pragmáticas impostas pela crise, por sua repercussão no balanço de pagamentos e na arrecadação de impostos; (b) seja por razões de ordem política, frente à importância do setor cafeeiro e pela própria composição do governo, chamando atenção a seus compromissos conservadores, “oligárquicos” e “agraristas”; ou (c) seja, ainda, devido a um terceiro fator, assinalado em uma passagem, na qual se menciona não propriamente a política governamental, mas a decisão individual dos capitais privados, em busca de diversificação dos investimentos, já que nas atividades voltadas ao mercado interno havia maior perspectiva de lucro, frente à crise das atividades de exportação (FONSECA, 2003, p. 141-142).

Fonseca (2003) realiza o levantamento das leis que defendiam interesses industriais, como o Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, que durante seis anos proibiu a importação de máquinas e equipamentos de áreas específicas, medida que à primeira vista pode ser entendida como anti-industrial, mas que foi fruto da pressão da classe industrial, da qual temia uma crise de superprodução mais grave. Fonseca nota que essa medida de fato não inibiu o crescimento industrial, dado o crescimento expressivo do setor até sua revogação em março de 1937 (FONSECA, 2003).

O governo apoiou a importação de bens de capital, com um tratado de comércio com os Estados Unidos da América assinado em 1935, onde produtos de exportação brasileiros como o café e a borracha ganharam vantagens em troca da redução de 20% a 60% na importação de bens industriais americanos, como máquinas, equipamentos e o aço. Como Fonseca faz questão de enfatizar, isso historicamente foi um marco, pois seria a primeira vez onde romperíamos o papel de mero importador desses artigos, um claro interesse do governo de modificar a pauta de importações, incentivar o crescimento industrial e consolidar o processo de substituição de importações (FONSECA, 2003).

A reforma tributária de 1934 também atendeu a pressão dos grupos industriais, criando uma tarifa específica agregada em torno de 15%, o que fez o líder empresarial Euvaldo Lodi escrever uma carta ao ministro da Fazenda afirmando que a reforma “deixara a melhor impressão nos meios industriais” (FONSECA, 2003).

A partir de 1930 o volume de crédito cresce, tendo sido criada em março de 1937 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a institucionalização de um órgão criado abertamente e diretamente para a expansão do setor industrial brasileiro.

Não se trata ainda de um banco de desenvolvimento, que Hirschman considera, junto com a criação de empresas estatais, como instrumento de ação direta necessário para caracterizar uma política deliberada de desenvolvimento (Apud Suzigan, 2000: p. 41). Entretanto, não deixa de ser um embrião de uma nova relação entre o Estado e o empresariado industrial, já que institucionaliza o crédito em uma carteira específica, teoricamente seletiva por critérios burocráticos, diferente da forma mais personalizada e pontual com que se concedia crédito até então, principalmente para investimento (já que para capital de giro era usual, mesmo em bancos privados) (FONSECA, 2003, p. 147).

Aliado a esses fatores, Fonseca destaca os discursos do presidente Vargas, que evidenciam a intencionalidade desse emaranhado de ações tendo um fim intencionalmente pró-indústria, sendo alguns dos recortes levantados pelo autor:

“O protecionismo industrial das matérias-primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir estes critérios” (Vargas, 1938, v.1, p.163) (FONSECA, 2003, p. 148)

“Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. (...) Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso

das aquisições de produtos industriais” (Vargas, 1938: v. 4, p. 182) (FONSECA, 2003, p. 148).

O desenvolvimento econômico, ou progresso econômico, era sinônimo de indústria e, portanto, se via como uma condição para a melhoria do país socialmente e economicamente, o que deu base para a sustentação do desenvolvimentismo como uma ideologia, conduzindo e justificando a criação de medidas e instituições pró-indústria. Ao final de 1936, Vargas realiza discurso afirmando que a tarefa do poder público era conduzir o desenvolvimento econômico, favorecendo o surto de novas culturas industriais.

Tratava-se, portanto, de uma nova era a ser construída; o Estado Novo, em seu próprio nome, encarregava-se de expressá-la simbolicamente. Todas essas passagens não deixam dúvida sobre a consciência da substituição de importações e de sua importância para o país. Como entender como “subproduto” da política de valorização do café políticas tão claramente implementadas e defendidas explicitamente como voltadas a impulsionar o setor industrial? (FONSECA, 2003, p. 148).

Também faz parte desse conjunto o apoio do exército brasileiro a industrialização através da indústria bélica, onde somado com o medo de uma nova grande guerra defendeu a expansão desse setor. Em 1934 Vargas discursou para militares, anunciando a criação de fábricas de projéteis de artilharia, materiais contra gases, viaturas, decretou a criação de fábricas de espoletas, estojos de artilharias, canos, sabres e ampliou a fábrica de cartuchos de infantarias, assim como do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, além de enviar uma expedição técnica para a Europa, buscando ampliar o conhecimento técnico para o setor (FONSECA, 2003).

Fonseca também destaca a preocupação com as riquezas do subsolo, a nacionalização das riquezas minerais, assim como os órgãos criados através dessas políticas, como o Instituto de Tecnologia, as diretorias das Minas e das Águas, o Instituto Geológico e Mineralógico, o Laboratório Central de Indústria Mineral e a Escola Nacional de Minas, aliado a diversas medidas jurídicas para regulamentar essas novas áreas de exploração.

O ápice dessa intencionalidade viria com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Usina de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce, no início da década de 40, mas que vinha consagrar uma linha política que já havia sido defendida na década de 30 (FONSECA, 2003).

Mas já na década de 1930 Vargas afirmava: “Nenhum outro dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico do país sobreleva em importância ao da exploração das nossas jazidas minerais”. Para tanto, seria insuficiente a pequena siderurgia, normalmente incapaz de atender a futura demanda a resultar do crescimento industrial acelerado (Vargas, 1938, v. 1, p. 100) (FONSECA, 2003, p. 149).

Também houve a criação de órgãos estatais voltados a setores econômicos específicos, sendo criados entre 1930 e 1937 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional do Trabalho, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Conselho Federal do Comércio Exterior, o Plano Geral de Viação Nacional e o Conselho Técnico de Economia e Finanças.

A partir do Estado Novo, e devido o contexto de guerra, esta política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; de 1941, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias; de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Alcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos; de 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico; e, finalmente, de 1945 a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária (FONSECA, 2003, p. 149-150).

Pedro Fonseca destaca que a maioria dos órgãos citados possuem vinculação com a indústria, lembrando que os que visavam a agricultura eram vinculados a agroindústria, a chamada indústria natural que era responsável por 80% do valor agregado da indústria de transformação. As instituições de debate, formulações ou de classe como os Conselhos, Fundações e Comissões também visavam desenvolver medidas ligadas a industrialização, como o incentivo ao consumo de produtos nacionais e a criação de soluções técnicas para os problemas da indústria nacional.

Também ocorre o surgimento de órgãos econômicos de escala nacional, visando criar uma racionalidade em escala federativa para os problemas e desenvolvimento do mercado brasileiro, iniciando um processo de transição para uma

estrutura administrativa pública mais baseada no mérito e conhecimento técnico, tendo como maior exemplo o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP (FONSECA, 2003).

Como frisa Sônia Draibe (1985: p. 83-4), nesses aparelhos estatais começaram a se gestar políticas nacionais. A análise desta autora, embora sem qualquer pretensão de questionar a tese consagrada por Furtado e sem abordar explicitamente a consciência e a intencionalidade da industrialização, é possivelmente a que dá mais elementos para sua defesa ao enfatizar as mudanças no aparelho do estado ou, como prefere, em sua “ossatura material”, mostrando como esta centralização administrativa associou-se ao desenvolvimento industrial (FONSECA, 2003, p. 150).

Essas medidas significaram uma mudança no balcão de decisões do estado, com a inclusão do empresariado nas esferas decisórias através de uma “linha direta” entre o governo e os representantes patronais, além da integração de entidades de classe populares, como os sindicatos de trabalhadores, no qual o governo reconheceu como questão de estado a necessidade de mediação do conflito entre o capital e trabalho.

É justamente da diferente visão do que é o capital humano, termo utilizado de maneira literal por Vargas, que surge também um dos maiores indicativos da ruptura para um padrão de economia industrial, afinal vimos em Formação Econômica do Brasil que o trabalhador da lavoura sempre foi visto pelas elites agrárias como mero capital fixo. (FONSECA, 2003).

“Prevalecia então a ideia de que um escravo era uma “riqueza” e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. Faziam-se cálculos alarmistas das centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada que desapareceriam instantaneamente por um golpe legal. Outros argumentavam que, pelo contrário, a abolição da escravatura traria a “liberação” de vultosos capitais, pois o empresário já não necessitaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital.” (FURTADO, 1989, p. 138).

É por isso que a CLT inicialmente se volta apenas para os trabalhadores urbanos, pois além de manter o pacto do novo governo com as elites agrárias, não interferiria no plano industrializante, visto que esse era um fenômeno especificamente dos meios urbanos.

Essa visão se fortalece através da reforma educacional que ocorreu a partir de 1931, buscando uma educação que não fosse completamente voltada para as elites,

também criando cursos técnicos, profissionalizantes e voltados para a produção, buscando um aumento da produtividade na economia brasileira, inclusive com a defesa da criação de uma “Universidade do Trabalho” (FONSECA, 2003).

A criação do Ministério do Trabalho, chamado por Vargas de “ministério da revolução”, da carteira de trabalho, dos órgãos de fiscalização, leis universalizantes para o trabalhador, a regulamentação do mercado de trabalho e da estrutura sindical, o salário mínimo, 13º salário, férias, previdência social também seriam formas de mostrar a intencionalidade do projeto industrializante sendo tocado pelo governo varguista (FONSECA, 2003).

Fonseca conclui, portanto, que Furtado, ao se concentrar apenas em questões macroeconômicas, não levou em consideração todos os aspectos institucionais mencionados anteriormente, que se caracterizam como instituições no arcabouço institucionalista, e concedem evidências empíricas suficientes para demonstrar a consciência do deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno, conduzido por uma economia industrial. Ou seja, Fonseca busca mostrar que havia uma consciência industrializante por parte do governo varguista, que ativamente promoveu o crescimento industrial na busca do desenvolvimento econômico brasileiro.

4 O TRABALHISMO BRASILEIRO: VARGAS SOB UMA COERÊNCIA IDEOLÓGICA

Celso Furtado e Pedro Fonseca realizaram importantes contribuições para o debate da história econômica do período, no entanto, os autores não realizam um debate ideológico, evitando um olhar de Getúlio Vargas para além de mero presidente, alguém com convicções e ideais que eram baseados dentro de um ideário político, que veio se chamar Trabalhismo brasileiro.

Vale a pena primeiramente levantar alguns pontos dos autores debatidos anteriormente, ao pincelarem elementos políticos do período varguista. Fonseca (2003) levanta incongruências nas obras de Celso Furtado, afirmando que em *Formação Econômica do Brasil* o autor coloca a política econômica do período em uma “estrita defesa dos interesses do café”, ao mesmo tempo que coloca o movimento revolucionário de 1930 como parte dos segmentos modernos da cidade. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado, ainda falando da política econômica do período, afirma que predominava um “conservadorismo voltado para a restauração de um passado glorioso ([FURTADO],1961:p.235)” (FONSECA, 2003, p. 145) e que “As classes dirigentes, afeitas a raciocinar em termos de economia de exportação de produtos primários, careciam de objetividade para diagnosticar os problemas decorrentes das transformações em curso ([FURTADO,1961]:p.44)” (FONSECA, 2003, p. 145). Em *Dialética do Desenvolvimento*, afirma que a Revolução de 30 renovou a classe dirigente e afastou os grupos mais diretamente ligados a economia de exportação, porém, duas páginas depois, coloca que as classes que dirigem o país são essencialmente as mesmas. Em “*Formação Econômica da América Latina*” caracteriza a revolução de 30 como um movimento popular e que ela permitiu o deslocamento do poder da oligarquia cafeeira a grupos periféricos, caracterizando o período como um “autoritarismo esclarecido” (FONSECA, 2003).

Se há notável coerência por parte de Furtado ao defender o mesmo ponto de vista em diferentes obras no que tange às razões da política econômica implementada na década de 1930 e de suas conseqüências não intencionais sobre o setor industrial, ocasionadas sem que houvesse uma ação estatal consciente neste sentido, o mesmo não ocorre ao tentar explicitar a que segmentos sociais o governo mais se aproximava ou nele se faziam representar. Em uma mesma obra, algumas vezes, defende pontos de vista conflitantes, ou pelo menos de difícil compatibilização sem uma série de qualificações e mediações. Este fato, entretanto, não deve ser mencionado como mera curiosidade ou para apenas chamar atenção para uma eventual

incoerência que se esgota em si mesma. Tudo sugere, ao contrário, que o mesmo decorre da deficiência da própria explicação de Furtado de ver a industrialização como “subproduto” da política de defesa dos interesses do café e de ter ocorrido sem qualquer consciência e intenção. Esta se choca frontalmente com a própria relevância que pretende ressaltar no deslocamento do “centro dinâmico da economia”, contrariando sua própria percepção quanto ao vulto e a profundidade das transformações (FONSECA, 2003, p. 144).

Essa “incoerência” pode ser fruto da própria formação sociológica e política de Celso Furtado, que como representante de um pensamento republicano, possui como valor inexorável o humanismo, portanto, uma completa aversão a qualquer tipo de autoritarismo político, interpretando como uma “esterilização na cultura política de uma nação” (VALENTE, 2012, p. 97).

A trajetória de Celso Furtado se interpreta como uma busca pela consolidação plena da democracia no Brasil, que se daria através da efetivação da República no Brasil, portanto, o período Vargasista por ter se efetivado através de uma maneira autoritária (a revolução), e efetivamente ter se tornado uma ditadura através do Estado Novo, representa algo totalmente averso ao pensamento político Furtadiano. (VALENTE, 2012). Isso se mostra claramente na citação abaixo, da qual Furtado escreve sobre as suas memórias durante o período em que Vargas esteve no poder.

A violência e a arbitrariedade desencadeadas pelo governo ditatorial se confundiam no meu espírito com o mundo absurdo de minha infância. A extrema angústia intelectual que sofri nessa época e que me levou a buscar na música e na literatura um refúgio quase obsessivo começou a dissipar-se quando cristalizou-se no meu espírito essa idéia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com esse fim. Aqueles que alcançam esse ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a História, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele deve fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber como fazê-lo (FURTADO, 1997, p. 18).

Para Furtado, o populismo no Brasil seria fruto das novas massas urbanas no Brasil, que viriam a representar um fator decisivo nas lutas políticas. O populismo para ele seria uma forma de dialogar com massas heterogêneas, buscando satisfazer todas as suas reivindicações de maneira imediata, sem uma preocupação com as consequências de tais ações. Essa expressão política teria se manifestado na fase da industrialização, a partir da década de 30. O populismo abriria um campo de batalha com forças conservadoras, e seriam a razão da existência de condições favoráveis

para o golpe civil-militar de 64, que viria para romper o “impasse” do conflito distributivo dos atores sociais no país (FURTADO, 1965).

O atraso e o tumulto com que se realizou a revolução liberal deixou a porta aberta à passagem das massas urbanas, abrindo a era do populismo e criando sérios obstáculos ao funcionamento de uma democracia formal capaz de conciliar a preservação dos interesses oligárquicos com as reivindicações da classe média” (FURTADO, 1979, p. 10)

Portanto, podemos supor que a “incoerência” apontada por Fonseca não é mero acaso, e sim fruto de um genuíno conflito ideológico, dado que para Furtado o processo de modernização do país se passaria justamente pela industrialização, conduzida por um grupo ligado ao setor industrial e que possuiria interesses que se confundiriam com a coletividade social (FURTADO, 1999). Os atores sociais que permitiriam a condução dessa modernização surgem justamente a partir de 1930, o que intensifica ainda mais o conflito que levam a essas “incoerências”.

A república liberal, surgida do compromisso entre a oligarquia e os grupos de classe média, possuía um marco institucional muito mais flexível. A necessidade de dialogar com as massas punhas em marcha um processo de politização destas, o que exigia dos líderes populistas um permanente esforço de superação e frequentes incursões no terreno ideológico. Na medida em que os movimentos de massas iam ganhando autonomia, modificava-se o conteúdo e a forma do processo político, passando para primeiro plano a problemática das reformas (FURTADO, 1979, p. 11).

Apesar da crítica a obra de Furtado, há elementos que possam indicar que, no campo político, Pedro Cezar Dutra Fonseca acaba se utilizando da mesma visão de Celso Furtado para analisar o período, se destacando dois momentos principais em seu artigo. O primeiro é que Fonseca, tratando das legislações e conquistas do movimento sindical, classifica o governo Vargas das décadas de 40-50 como um governo “populista”, nas suas palavras “representou fundamentalmente um atrelamento ao Estado, que passou a controlar a organização sindical, estabelecendo as bases para o populismo das décadas de 1940 e 1950” (FONSECA, 2003, p. 150). A segunda é que, ainda tratando das conquistas em relação ao trabalho, afirma que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) seria meramente fruto da *Carta del Lavoro*, documento criado pelo regime fascista italiano. “Evidentemente que esta legislação, fortemente inspirada na Carta del Lavoro italiana, insere-se perfeitamente no contexto

internacional da época, marcado pela descrença nas instituições liberais e pelos regimes totalitários” (FONSECA, 2003, p. 152).

Vamos então analisar as influências ideológicas de Vargas e compreender a base ideológica de qual se firmou o presidente-revolucionário gaúcho. Getúlio Vargas, enquanto aluno de direito em Porto Alegre, nunca foi anticomunista, antisocialista ou herdeiro de alguma família de tradição reacionária. Foi um aluno inteligente, publicando diversas dissertações inspiradas em trabalhos do intelectual Tobias Barreto, o primeiro acadêmico a citar Karl Marx no Brasil (VASCONCELLOS, 2005).

Também em seus trabalhos frequentemente se encontrava a inspiração da doutrina positivista de Augusto Comte, da qual mais tarde Darcy Ribeiro realçaria como a inspiração para a legislação trabalhista que se tornaria a CLT. O historiador Décio Freitas também destacaria a influência de Saint-Simon e do socialismo utópico, a colocando como a fecundadora da revolução de 30 (VASCONCELLOS, 2005). Saint-Simon foi o filósofo que cunhou o termo “industrial”, acreditando nas conquistas da indústria e criando a famosa frase “Cada um segundo a sua capacidade, a cada um conforme seu trabalho”. Em 1906, Getúlio Vargas ainda estudante também citava Marx, Lassale e Proudhon, portanto as origens da legislação trabalhista estariam no positivismo castilista e não em Mussolini (VASCONCELLOS, 2005).

O conceito de “populismo” também é um conceito que vem sendo revisado, justamente pelo preconceito político que o termo carrega, tornando um termo popular de forte conotação negativa, normalmente utilizado para atacar adversários. Desde seu início foi utilizado para apontar o oportunismo, demagogia, ambição de poder e manipulação das massas, uma visão simplista dos fenômenos complexos envolvendo figuras como Vargas, Cárdenas no México e Perón na Argentina (ALTMANN, 2005).

O populismo na América Latina foi conceituado por autores como Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni que apontaram que o fenômeno surgiu no continente durante o período de transição das economias agrário-exportadoras para a economia industrial, argumentando que o populismo foi um modo de manipulação das classes populares. Para Fonseca, “ao tipificar um governo ou governante como populista, o analista invariavelmente lhe atribui um caráter pejorativo, configurando uma categoria teórica imbuída de forte componente valorativo.” (FONSECA; SALOMÃO, 2020).

“Portanto, os dois extremos do campo político lançaram mão do “imaginário do populismo” como modo de sintetizar as dificuldades e, no limite, a

inviabilidade da democracia em países como o Brasil. Ajudavam a legitimar, assim, o rompimento da ordem constitucional – golpes ou revoluções. A contradição dos diferentes usuários do que se pode denominar “imaginário do populismo” fica, desse modo, evidente: o autoritarismo populista só poderia ser debelado por outro autoritarismo. Este tenderia a advogar para si o caráter de salvação nacional, já que caberia a uma elite ou vanguarda esclarecida evitar os males que as massas, com sua ignorância, não conseguiam enxergar” (FONSECA; SALOMÃO, 2022, p. 95).

O historiador Werner Altmann argumenta que as massas não podem ser vistas apenas como objetos de manipulação, mas sim entendendo esse fenômeno político através de suas raízes sociais profundas, como foi elencado para o caso de Vargas no capítulo anterior dessa monografia (ALTMANN, 2005).

Grande número de liberais, também intelectuais de esquerda e parte da produção acadêmica, vê a questão pela superficialidade da imagem para revestir o termo populismo com um caráter de negatividade. Autores há que o ligam ao que chamam de autoritarismo e totalitarismo, identificando o desejo de unidade, presente no pensamento político de então, com o espírito totalitário – o eliminar de diferenças ou o próprio nacionalismo visto como totalitarismo. Esses autores não conseguem responder a uma pergunta bem elementar: se o populismo é totalitarismo, o que são as ditaduras militares que o golpearam de forma tão cruenta?” (ALTMANN, 2005, p. 21)

As experiências populistas se encontram na sua tentativa de consolidação do mercado interno, visando um processo que conceda a autonomia nacional para seus países, processo ainda não alcançado pelas nações latino-americanas e que vão de encontro aos interesses das grandes potências, portanto, é um processo que se choca com o imperialismo. Para Werner, seria esse o fator que explica os golpes militares e a desqualificação desses processos políticos pela academia e em discursos políticos (ALTMANN, 2005).

Os inocentes costumam caracterizar Getúlio e Jango como populistas, conceito correspondente aos que fazem carreiras demagógicas, tudo prometendo ao povo para, montados no poder, servir às classes dominantes. É o caso, no Brasil, de Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Jamais o de Getúlio e o de Jango, ambos desapeados do poder pelos setores mais reacionários, precisamente porque não eram populistas, mas temidos por sua postura oposta. Tinham pavor do pendor reformista de ambos, que ameaçavam comprometer a velha estrutura oligárquica do poder, assentada no latifúndio e na submissão a interesses estrangeiros. Outra conceituação do trabalhismo reformista de Getúlio e de Jango como populista vem dos comunistas. Estes, não reconhecendo como via revolucionária senão a soviética, da propriedade estatal e da ditadura partidária, negam qualquer virtude ao reformismo, que procura fazer o que é praticável aqui e agora para os assalariados. Especialmente o reformismo getulista e janguista, que ganha imenso apoio das massas na mesma medida em que estas repelem a tutela política comunista. É de assinalar que os comunistas, inviabilizados pela

legislação, que lhes cortou a legalidade, mas principalmente pela sua linha política, viviam e atuavam debaixo da sombra do trabalhismo. Mas sempre o rejeitando como populismo inconseqüente (RIBEIRO, 2002, p. 296).

A distância de um pensamento fascista e a aproximação do socialismo utópico também se veria através dos próprios discursos oficiais do Vargas:

Impera no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação dos trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo. Tira o que foi cedido ao Estado para entregar ao monopólio de empresas particulares. Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro (D'ARAÚJO, 2017, p. 293).

A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com o rótulo diferente e a mesma substância. A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. (...) E já que as nossas atividades na vida pública, por imposição legal, devem orientar-se na órbita dos partidos, se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista” (D'ARAÚJO, 2017, p. 296).

A aproximação de Vargas com a classe trabalhadora também pode ser vista através da criação do próprio Partido Trabalhista Brasileiro, do qual Vargas posteriormente se filiou. Com o fim da II Guerra Mundial, e o retorno/surgimento das democracias liberais, foi compreendido a necessidade de uma transição do Estado Novo que garantisse a continuidade de Vargas no poder.

Foi assim que o então presidente articulou a criação do PSD, que continha o estamento burocrático do serviço público e as lideranças políticas regionais alinhadas ao governo, ao mesmo tempo que por trás dos panos condicionou ao Ministério do Trabalho a articulação de um grande partido de massas dos trabalhadores, que desde o princípio tinha como objetivo melhor representar as necessidades dessa classe, a separando do partido comunista, mas sem uma ideologia anticomunista (GOMES, 1988).

A invenção do trabalhismo e a montagem do sindicalismo corporativista, complementadas pela criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituíram as pedras de toque para a incorporação política dos trabalhadores. Contudo, a solidez dessa construção que se desencadeou já no contexto do término da Segunda Guerra Mundial e do esgotamento do

regime político do Estado Novo, não pode ser entendida sem o referencial da história das condições de vida e luta dos trabalhadores brasileiros nas décadas anteriores. O sucesso do discurso trabalhista e da organização de interesses corporativista baseou-se na ressignificação de todo um elenco de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e da dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo próprio Estado (GOMES, 1988, p. 300).

Podemos então afirmar que o Trabalhismo brasileiro surge como ideologia política através da incorporação estatal, liderada por Getúlio Vargas, das demandas e necessidades da classe operária brasileira, baseada nas visões pró trabalho e pró indústria de Getúlio Vargas, mas também das greves e reivindicações operárias e populares que surgiam ao longo do Brasil.

É, portanto, completamente divergente de um “fascismo brasileiro” e das visões pejorativas da teoria do “populismo” latino-americano, deixando como legado não apenas as conquistas sociais do governo, mas também um instrumento de luta da classe trabalhadora, que foi o Partido Trabalhista Brasileiro, do qual posteriormente seria combatido e liquidado pela ditadura militar de 64 (GOMES, 1988).

5 CONCLUSÃO

O Século XX, em todo seu decorrer, foi protagonista de grandes e velozes transformações na sociedade brasileira, não apenas economicamente, mas também na política, cultura, diversidade e integração de nosso país. Um período tão rico dificilmente algum dia será completamente exaurido pela historiografia, portanto, não é objetivo do presente trabalho trazer conclusões, apontar caminhos exatos ou demonstrar uma verdade única, e sim ser semente de um debate que pode render importantes frutos se devidamente tratado.

Tanto Celso Furtado quanto Getúlio Vargas são figuras inseparáveis de qualquer estudo que envolva a brasilidade, constando em incontáveis estudos e salas de aula. No entanto, de maneira quase que paradoxal, por muito que sejam estudados e comentados, ao mesmo tempo pouco são trabalhados no sentido de buscar um significado mais aprofundado de suas ideias, sempre aparecendo de maneira pronta através das mesmas análises e citações que se tornaram o "*mainstream*".

Nesse sentido, Pedro Cezar Dutra Fonseca aparece como uma joia rara no meio da multidão, ao idealizar uma nova e original interpretação sobre a economia brasileira e o governo Vargas. Porém, ao apontar que Celso Furtado baseou sua análise em uma visão puramente economicista, em sua interpretação institucionalista ele não trata o presidente Vargas como uma figura com um ideário político próprio, utilizando inclusive da categoria "enlatada" do populismo latino-americano.

Fonseca identifica corretamente a intencionalidade do governo de Getúlio Vargas na promoção do crescimento industrial, crescimento este identificado pelo governo como sinônimo de progresso e desenvolvimento econômico, não podendo a industrialização brasileira da década de 1930 ser interpretada, como fez Celso Furtado, apenas como um subproduto da defesa do café, mas como uma política intencional e planejada do governo Vargas.

É então a maior contribuição desse trabalho tentar demonstrar, através de seus discursos, história política e ações que Vargas, assim como Celso Furtado, tenta buscar uma teoria original e verdadeiramente brasileira para a resolução dos problemas que sempre assolaram nossa nação. Furtado e Vargas, nesse sentido são próximos, principalmente pelo fato de terem suas raízes intelectuais no positivismo e no socialismo (Furtado no marxismo e Vargas na corrente utópica), mas divergindo completamente por Furtado se filiar a um ideário de democracia advinda do

pensamento republicano e Getúlio a uma linha autoritária baseada no gozo dos direitos sociais como sinônimo de expressão democrática.

A análise do pensamento e ação política de Getúlio Vargas, que culmina na criação do Trabalhismo brasileiro como corrente política consolidada, permite enxergar o período para além de apenas o debate da intencionalidade. As raízes intelectuais do presidente, sua defesa da incorporação das massas em uma economia solidária e a visão da industrialização como um caminho para a soberania nacional apontam que as políticas varguistas almejavam não apenas a industrialização brasileira por si só, mas também uma mudança da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e do caráter subdesenvolvido e dependente de nossa economia.

Por questões hábeis, nesse trabalho não puderam constar diversos autores que podem contribuir imensamente com o tema, a exemplo de Alberto Pasqualini, o grande teórico do Trabalhismo brasileiro e José Augusto Ribeiro, biógrafo do presidente Vargas. Não só isso, o trabalho apenas pincelou uma pequena parte da bibliografia dos autores que trabalhou, podendo muito ainda ser explorado na obra de Pedro Fonseca e Celso Furtado sendo possível apenas através desses autores enriquecer o debate.

Conclui-se então, que é necessário explorar o período através da hipótese de Getúlio Vargas como um criador de um pensamento *sui generis*, verdadeiramente brasileiro que se consolida através do Trabalhismo brasileiro, causando uma linha de coesão entre as ações à primeira vista ambíguas de seus mandatos.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Werner. **Populismo e Trabalhismo. Getúlio Vargas e Leonel Brizola.** Cadernos IHU em Formação, v. 1, n. 1, 2005.
- BARISON, Mônica Santos et al. Caso de polícia: **Reflexões sobre a questão social e a primeira república.** Cadernos UniFOA, v. 8, n. 22, p. 43-51, 2013.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (Ed.). **Getúlio Vargas.** Edições Câmara, 2017.
- FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sergio. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.
- FONSECA, P. C. D., "Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930". **Revista de Economia Política**, 2003. 23(1):133-148.
- _____, FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. Vargas e Goulart: o populismo em questão. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 10, n. 24, p. 66-97, 2020
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.
- _____, Em busca de novo modelo. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 3, p. 88, 2002.
- _____, **O Capitalismo Global.** 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, [1998] 1999.
- _____, **Obra autobiográfica de Celso Furtado.** 3 vol. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____, A superação do subdesenvolvimento. **Economia e sociedade**, v. 3, n. 1, p. 37-42, 1994.
- _____. **Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil.** Revista Civilização Brasileira, v. 1, n. 1, p. 129-145, 1965.
- _____, **Brasil: tempos modernos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____, Entre inconformismo e reformismo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 9, n. 4, p. 457-479, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo, Vértice/IUPERJ, 1988.
- MARINHO, Amanda Gonçalves; PEREIRA, Guilherme Barreto Bacellar. **A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A INDÚSTRIA BRASILEIRA, ESTÍMULO OU BARREIRA? UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DO CONFLITO SOBRE O SETOR INDUSTRIAL NACIONAL (1914-1918).** 2020

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, v. 15, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. Editora Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

VALENTE, Marcos Alves. **Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana**. 2009.

VASCONCELLOS, Gilberto Felizberto. **A jangada do sul**: Getulio, Jango e Brizola. Porto Alegre: Casa Amarela, 2005.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. **Formação econômica do Brasil**: período republicano. São Paulo: Saraiva, 1977.